**** ****

**Informação de base**

**Porquê o Fórum para a Igualdade entre as Gerações (GEF)**

Há mais de vinte e cinco anos, 189 países adoptaram em Pequim, uma plataforma de acção histórica. O projecto mais progressista de sempre para o avanço da igualdade de género, dos direitos das mulheres e das raparigas e do seu empoderamento. Com as suas doze áreas críticas, governos comprometeram-se a trabalhar para um mundo onde cada mulher e rapariga possa exercer as suas liberdades e escolhas, e realizar todos os seus direitos, tais como à educação, à saúde, ao trabalho decente e a ganhar salário igual por trabalho igual, e a viver livre da violência.

Ao longo dos 25 anos desde a sua adopção, foram dados passos importantes e alcançados alguns progressos, mas a Plataforma de Acção de Pequim está longe de ser implementada. A ausência de vontade política, falta de compromisso financeiro, normas sociais e de género rígidas, restritivas e patriarcais e o retrocesso dos direitos e liberdades fundamentais das mulheres e raparigas, em particular a sua participação na vida social, económica e política, o direito à sua autonomia corporal e direitos sexuais e reprodutivos, discriminação e violência sexual e baseada no género têm sido uma realidade em todos os cantos do mundo. Mas o paradigma está a mudar. Os progressos que foram feitos em conjunto com os movimentos #Metoo, #OlaVerde/Green Wave e, mais recentemente, os movimentos #BLM revitalizaram as discussões e as mulheres e raparigas estão muito presentes na agenda dos Governos, das ONGs, do sector privado e do mundo académico.

O Generation Equality Forum apresenta uma grande oportunidade para os vários intervenientes reacenderem a agenda de Pequim e abraçarem este movimento global, trazerem a mudança necessária e assumirem compromissos concretos e estratégicos para reconstruir melhor e contribuir para cumprir as promessas da Agenda 2030. E para assegurar que a igualdade de género seja uma aspiração para a geração presente e uma realidade para as gerações vindouras.

**O que é o GEF e o que são as Coligações de Acção**

O Generation Equality Forum é um encontro global centrado na sociedade civil para a igualdade de género, convocado pela ONU Mulheres e co-organizado pelos governos do México e da França. O Fórum teve início na Cidade do México, México, em 29-31 de março de 2021, e culminará em Paris, França, em 30 de Junho - 2 de Julho de 2021, com o objectivo de assegurar um conjunto de compromissos concretos, ambiciosos e transformadores para alcançar progressos imediatos e irreversíveis no sentido da igualdade de género; reunindo governos, ONGs, sector privado e fundações para definir e anunciar investimentos e políticas ambiciosos em diferentes Coligações de Acção.

As Coligações de Acção são parcerias inovadoras que incluem actores de distintos quadrantes, que se propões centrar nas barreiras mais intrincadas à igualdade. O seu objectivo é proporcionar mudanças concretas e transformadoras às mulheres e raparigas em todo o mundo nos próximos cinco anos que, se implementadas e totalmente financiadas, podem levar a uma mudança duradoura e transformadora e ajudar a garantir que no mundo inteiro as mulheres, raparigas e pessoas na sua diversidade de género possam usufruir plenamente dos seus direitos humanos. Centrar-se-ão em seis temas críticos para alcançar a igualdade de género: violência baseada no género, justiça e direitos económicos, autonomia corporal e saúde e direitos sexuais e reprodutivos, acção feminista para a justiça climática, tecnologia e inovação para a igualdade de género, e movimentos e liderança feministas. As raparigas adolescentes e mulheres jovens estarão no centro do trabalho de cada Coligação de Acção.

Cada Coligação de Acção é liderada por um grupo de parceiros, a IPPF juntamente com um grupo de ONGs, Governos, Sector Privado e Fundações, é um dos co-líderes da Coligação de Acção sobre Autonomia Corporal e Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos.

**GEF e os seus Compromissos**

Os compromissos nacionais, regionais ou globais (individuais ou colectivos) são essenciais para acelerar o investimento e a implementação das Acções e assim catapultar o progresso em matéria de igualdade de género. Estes serão também incluídos como parte de um quadro global de acompanhamento e prestação de contas das Coligações de Acção. Estes compromissos terão uma duração mínima de um ano e máxima de cinco anos.

Os compromissos serão tornados públicos no Fórum de Paris através de um Mapa Mundial de Compromissos virtual, acessível na plataforma do Generation Equality Paris Forum. Os compromissos que reflectem a visão transformadora e os critérios-chave delineados neste documento podem ser mostrados durante as sessões de alto nível da Coligação de Acção no Fórum de Paris. Mais detalhes sobre como se tornar um "Criador de Compromissos" podem ser encontrados aqui.

**Que tipos de compromissos são esperados?**

Os compromissos para implementar qualquer uma das acções delineadas no Plano de Aceleração Global sobre a Igualdade de Género podem ser compostos por:

1. Financeiro - para apoiar a realização de uma acção para fazer avançar os resultados da igualdade de género.
2. Advocacia - para ampliar e mobilizar o apoio à mudança transformadora a fim de alcançar os objectivos da Coligação de Acção.
3. Política - para demonstrar como uma acção pode ser traduzida em mudanças políticas concretas no contexto de um governo, empresa, ou organização.
4. Programática - para fornecer programas, serviços, investigação ou outras acções, com enfoque na escala.

Espera-se que os compromissos respeitem os seguintes critérios: 1) Potencial de Impacto: visa alcançar uma mudança significativa e transformadora. 2) Financiamento: é financiado por fundos novos e de escala, 3) Nível de endosso: endossado ao mais alto nível (incluindo representação de alto nível em Paris); 4) Carácter colectivo: idealmente concebido colectivamente por múltiplas partes interessadas em conjunto; e 5) SMART: específico, mensurável, alcançável, relevante e de escala temporal.

**Solicitação Importante:** Governos e outras partes interessadas múltiplas devem estar presentes em Paris e assumir compromissos concretos e mensuráveis, incluindo compromissos financeiros sobre as várias Coalizões de Acção, em particular sobre Autonomia Corporal e Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR). Pode encontrar mais informações sobre o Fórum de Paris aqui

Igualmente importante é que os Governos e todos os outros multi-stakeholders exijam um quadro forte e de responsabilização para o GEF, de modo a assegurar a implementação destes compromissos.

**IPPF @ Generation Equality Forum**

**Finalidade deste instrumento de advocacia**

Embora esta ferramenta possa ser utilizada para outras Coligações de Acção, aqui tentaremos desenvolver um guia para as Associações Membros da IPPF e parceiros para defenderem com os seus governos compromissos e anunciá-los no Generation Equality Forum em Paris. Encorajamo-lo a adaptar as mensagens desta ferramenta e a criar os seus próprios compromissos direccionados e/ou relacionados com os seus contextos nacionais para influenciar os seus governos.

A ferramenta inclui as quatro acções e estratégias prioritárias identificadas na Coligação de Acção sobre Autonomia Corporal e SRHR. Também incluímos exemplos concretos de como pode utilizar o quadro global para a definição de prioridades e compromissos nacionais.

**Compromissos Nacionais @ Generation Equality Forum**

Estes compromissos devem ser moldados pelas prioridades nacionais, e devem basear-se nos compromissos regionais e globais que muitos países já assumiram. Pode também verificar os compromissos do seu país na Cimeira de Nairobi (ICPD+25) aqui

Como dar prioridade aos compromissos nacionais para a implementação destas acções?

Como base de trabalho, encorajamo-lo a utilizar os acordos globais e regionais existentes, com os quais o governo já concordou. Ao elaborar compromissos nacionais com os seus governos, pode ser útil recordar-lhes estes compromissos regionais e quadros de responsabilização existentes, por exemplo, o Plano de Acção de Maputo na Região de África, ou a Declaração de Moana na Região do Pacífico, bem como os acordos regionais da ICPD para além de 2014, os compromissos da Cimeira de Nairobi (ICPD+25) e a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 e também, o mecanismo financeiro existente, como o Fundo Muskoka, as iniciativas em destaque, na Europa, etc.

Encorajamo-lo a colaborar também com outros parceiros da sociedade civil e partes interessadas ao longo deste processo e, sempre que possível, a coordenar e alinhar compromissos para assegurar uma voz unificada e o maior progresso possível em determinadas áreas políticas.

A advocacia dirigida aos seus governos deve incorporar uma variedade de ministérios e/ou departamentos, incluindo saúde, educação, e igualdade de género, mas também ministros da justiça e dos negócios estrangeiros. Sugerimos que se concentrem em compromissos que estejam de acordo com as vossas prioridades nacionais, pois é o vosso contexto nacional que deve determinar a formulação dos vossos compromissos nacionais.

Finalmente, recomendamos que os compromissos devem ser SMART: S = Smart/Especifico M = Measurable/Possível Medir A = Achievable/Atingível R = Relevant/ Relevante T = Time bound/Data Limite.

**Action Coalition on Bodily autonomy and sexual and reproductive health and rights (SRHR)**

Porque é que a Autonomia Corporal e os SDSR são importantes?

A autonomia corporal e os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos básicos. A importância de assegurar o acesso universal aos SRHT está consagrada em diferentes objectivos e metas de desenvolvimento sustentável, incluindo os objectivos 3, 5, 10 e 16, e é crucial para a realização de outros direitos e a consecução dos objectivos de desenvolvimento humano, uma vez que a capacidade de cumprir os SRHR, livre de violência, discriminação e coerção, tem amplas implicações para a saúde dos indivíduos, a igualdade de género e o desenvolvimento socioeconómico.

Um Plano de Aceleração Global para a Autonomia Corporal e SDSR

Esta Coligação de Acção definiu quatro acções concretas: (1) Expandir a Educação Sexual Integral; (2) Aumentar a disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade de serviços abrangentes de aborto e contracepção; (3) Aumentar a Tomada de Decisões e Autonomia Corporal SRHR; e (4) Aumentar a responsabilização, participação e apoio a organizações feministas e de mulheres autónomas (incluindo organizações feministas e indígenas), mulheres defensoras dos direitos humanos e construtoras da paz, fortalecer organizações, redes e movimentos que trabalham para promover e proteger a autonomia corporal e os SRHR.

No GEF em Paris, é necessário apresentar um conjunto de compromissos nacionais calendarizados sobre como atingir esses objectivos finais, a fim de acelerar a acção na Plataforma de Acção de Pequim e trazer uma mudança real no terreno.

**Acção1:** Expandir a Educação Sexual Integral. Aumentar a oferta de educação sexual integral dentro e fora da escola atingindo mais 50 milhões de crianças, adolescentes, e jovens em toda a sua diversidade até 2026.

LEI E POLÍTICA Reforçar os quadros jurídicos e políticos, tornando o Ensino Integral da Sexualidade (CSE) alinhado com as directrizes internacionais e parte integrante dos currículos educativos nacionais (garantido/obrigatório desde a educação infantil até à universidade, examinável), assegurando-se também que raparigas e adolescentes tenham igual acesso ao ensino inclusivo, livre de limitações relacionadas com deficiência, casamento, gravidez, ou estado de procriação.

MUDANÇA DE NORMAS Criar um ambiente propício que apoie a CSE. Este esforço deve incluir iniciativas lideradas por jovens, bem como actividades dirigidas aos adultos.

EDUCAÇÃO Reforçar os recursos humanos e financeiros para CSE dentro da escola (formação e acreditação de educadores, conectar educadores a ONG) e fora da escola e ambientes não formais, incluindo ambientes humanitários e de crise. As abordagens devem incluir workshops baseados em grupos, iniciativas lideradas por jovens, entrega por pares, modos tradicionais de distribuição de informação, meios digitais incluindo aplicações, TV, e rádio comunitária.

ENTREGA DE SERVIÇOS Ligar a CSE, que cria procura, com serviços de SRH amistosos para os jovens que são confidenciais, acessíveis e aceitáveis para crianças, adolescentes e jovens e que lhes permitem exercer os seus direitos sexuais e reprodutivos. Assegurar que a educação ligada aos serviços de SRH seja acessível a todos os jovens que enfrentam as maiores barreiras, incluindo aqueles com deficiências.

Possíveis Compromissos: Por exemplo, se a área de preocupação for lei e política, o Governo X poderia comprometer-se a rever até 2026 o currículo nacional de educação sexual integral (ou qualquer que seja o nome actual) de acordo com as directrizes técnicas da ONU, com a plena participação dos jovens, académicos e outros intervenientes relevantes. Isto é específico (rever o currículo nacional), mensurável, realizável (4 anos), relevante (assegurar que os currículos do CSE incluem princípios de direitos humanos, não discriminação, igualdade de género, etc., que vão para além de meros tópicos biológicos) e limitado no tempo (até 2026).

Ou o Governo X compromete-se a integrar os programas do CSE, de acordo com a orientação técnica da ONU, em XYZ% das escolas até 2026.

Ou, se a táctica de Educação for a prioridade, o Governo X assegura que XXX dos professores recebam formação e acreditação no CSE até 2026, de uma forma que promova os direitos humanos e a não discriminação, combata as normas tradicionais prejudiciais de género, e a violência contra mulheres e raparigas.

**Acção 2:** Aumentar a disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade dos serviços de contracepção e aborto generalizado - Dentro de um quadro abrangente que inclui serviços SRHr como componente essencial da UHC para todas as pessoas, aumentar a qualidade e o acesso a serviços contraceptivos para mais 50 milhões de raparigas e mulheres adolescentes em toda a sua diversidade; apoiar a remoção de políticas restritivas e barreiras legais, assegurando que mais 50 milhões de raparigas e mulheres adolescentes em toda a sua diversidade vivam em jurisdições onde possam aceder ao aborto seguro e legal até 2026.

ENTREGA DE SERVIÇOS: Melhorar o acesso a cuidados de saúde primários de qualidade e a Cobertura Universal da Saúde que inclui serviços SRHR. Estes serviços incluem a sensibilização e saúde menstrual, escolha de contracepção voluntária masculina e feminina, aborto seguro e cuidados e serviços pós-aborto, sem necessidade de consentimento de terceiros. Aumentar a comunidade que fornece bens, facilitar o acesso à informação e serviços para promover os cuidados e a mudança de tarefas, e remover barreiras financeiras, legais e socioculturais, inclusive para pessoas com deficiências, ou com identidades de género não conformes.

LEI & POLÍTICAS Os governos adoptam e implementam directrizes e políticas nacionais de autocuidado masculino e feminino, aborto e SRHR, e liberalizam o acesso à telemedicina, à contracepção e ao aborto auto-gerido através da implementação de directrizes de autocuidado da OMS. Eliminar as barreiras regulamentares e políticas que impedem o acesso ao aborto em toda a extensão da lei, fornecer cuidados pós-aborto e descriminalizar o aborto; legalizar o aborto.

FINANCIAMENTO Aumentar e melhorar os recursos internos e o financiamento externo para assegurar o acesso aos serviços SRHR através do sector da saúde e de mecanismos de prestação baseados na comunidade, melhorar as escolhas de produtos SRHR e remover barreiras financeiras com enfoque na contracepção masculina e feminina e no aborto medicamentoso. Investir na análise do mercado, segurança e diversificação dos produtos, e compras estratégicas.

Possíveis Compromissos: Por exemplo, se identificar a prestação de serviços como uma prioridade nacional, a(s) acção(ões) específica(s) que o governo poderia então comprometer-se é: a formar e empregar xxx parteiras e enfermeiras em cuidados pós-aborto e orientações de autocuidados SRHR até 2026. Isto é específico (formação e emprego de parteiras), mensurável (xxx de parteiras a serem formadas e empregadas), realizável (o número deve ser realista), relevante (a formação e emprego de parteiras contribui para a redução da mortalidade e morbilidade maternas) e vinculado ao tempo (até 2026). Ou, o Governo X compromete-se a reduzir a necessidade não satisfeita de planeamento familiar para XYZ% até 2026.

Ou, se em vez disso, o compromisso fosse assumido na área do direito e das políticas, o compromisso poderia ser o Governo X a adoptar até 2026 directrizes e políticas nacionais de aborto, contracepção e autocuidado SRHR (com base nas actuais orientações da OMS).

**Acção 3:** Aumentar a Autonomia Corporal e a Tomada de Decisões em matéria de SRHR - Através da mudança das normas de género e do aumento do conhecimento dos direitos humanos, dar poder a todas as pessoas, incluindo mais 260 milhões de raparigas, adolescentes e mulheres em toda a sua diversidade para tomarem decisões autónomas sobre os seus corpos, sexualidade e reprodução até 2026; promulgar mudanças legais e políticas para proteger e promover a autonomia corporal e a SDSR em pelo menos 20 países até 2026.

MUDANÇA DE NORMAS Investir e ampliar as abordagens de mudança de género/normas sociais que transformam as relações de poder desiguais.

Envolver todos os géneros, orientações sexuais e identidades na luta contra o patriarcado, abordando a masculinidade tóxica e práticas nocivas relacionadas, tais como casamentos e uniões precoces e forçados, mutilação genital feminina e abuso sexual infantil.

Desafiar o estigma e a discriminação em torno das normas de género e SRHR, incluindo a saúde menstrual, que restringem a autonomia corporal e afectam o acesso a serviços para raparigas, adolescentes, mulheres, homens transexuais, mulheres transexuais e pessoas não-binárias. Assegurar que todas as pessoas, incluindo as pessoas com deficiências, não sejam forçadas nem impedidas de contracepção ou aborto, tenham o apoio de que necessitam para tomar decisões e sejam respeitadas nas suas tomadas de decisão.

LEI & POLÍTICA Apoiar a autonomia corporal, removendo barreiras legais e políticas à saúde e direitos sexuais e reprodutivos, incluindo barreiras dentro dos sistemas de saúde, e aquelas relacionadas com a idade, deficiência, estado civil, género ou outra identidade, orientação sexual e requisitos de consentimento de terceiros. Implementar normas e directrizes que reconheçam, respeitem, protejam e cumpram os direitos e capacidades de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, de decidir sobre os seus corpos e de consentir (ou não) com o sexo, serviços SRHR e casamentos ou uniões. Assegurar a aplicação de leis e políticas que protejam o acesso voluntário à contracepção, aborto e outros serviços e mercadorias, incluindo produtos menstruais, para todas as pessoas. O acesso à escola ou outras oportunidades educativas não deve ser restringido com base na gravidez ou em quaisquer aspectos da autonomia corporal

Possíveis Compromissos: Por exemplo, se as leis e políticas são uma área prioritária no seu contexto nacional, um possível compromisso é adoptar leis/políticas até 2026 que eliminem os requisitos de consentimento parental e esponsal para que as raparigas e mulheres possam ter acesso a cuidados e serviços de contracepção. Isto é específico (uma lei ou política concreta), mensurável (será possível saber se a lei/política foi adoptada ou não até 2026), realizável (vontade política), relevante (a adopção desta lei/política evitará xxxx gravidezes de adolescentes, xxx abortos inseguros, manter xxx raparigas na escola) e temporal (até 2026).

**Acção 4:** Fortalecer as raparigas, organizações e redes feministas para promover e proteger a autonomia corporal e a SRHR - Aumentar a responsabilização, participação e apoio a organizações feministas e feministas autónomas (incluindo organizações feministas e de mulheres, e organizações e colectivos indígenas, entre outros), mulheres defensoras dos direitos humanos e construtoras da paz. Reforçar organizações, redes e movimentos que trabalham para promover e proteger a autonomia corporal e os SRHR.

ACCOUNTABILIDADE E PARTICIPAÇÃO Aumentar a participação de organizações autónomas de raparigas, mulheres e feministas na tomada de decisões sobre políticas e programas relacionados com a autonomia corporal e a SRHR. Estas organizações incluem organizações e colectivos autónomos de raparigas, mulheres e feministas (incluindo raparigas e jovens, Indígenas, LGBTQ+ e pessoas com deficiência), mulheres defensoras dos direitos humanos, e construtores da paz e seus aliados. As organizações lideradas por adolescentes e jovens deveriam empenhar-se significativamente no desenvolvimento das políticas e programas que as afectam.

FINANCIAMENTO Aumentar o apoio financeiro, inclusive para a capacitação a organizações que trabalham para promover e proteger a autonomia corporal e os SRHR. Estas organizações incluem organizações e colectivos autónomos de raparigas, mulheres e feministas (incluindo raparigas e jovens, Indígenas, LGBTQ+ e pessoas com deficiência), mulheres defensoras dos direitos humanos e construtoras da paz e seus aliados.

LEI E POLÍTICAS Criar e manter um ambiente seguro e propício para assegurar que as organizações que trabalham para promover a igualdade de género e a SRHR sejam protegidas, possam operar autonomamente, num espaço livre e seguro e possam estabelecer parcerias com os Estados no cumprimento das suas obrigações e compromissos internacionais existentes em matéria de direitos humanos e SRHR. Estas organizações incluem organizações e colectivos autónomos de raparigas, mulheres e feministas (incluindo raparigas e jovens, indígenas, LGBTQ+ e pessoas com deficiência), mulheres defensoras dos direitos humanos e construtoras da paz e seus aliados.

Possíveis Compromissos: Por exemplo, os países doadores comprometem-se a aumentar os seus investimentos em XXXX organizações autónomas de raparigas, mulheres e feministas que trabalham/fornecem serviços SRH até 2026. Isto é específico (investir em organizações autónomas de raparigas, mulheres, e feministas que trabalham a nível nacional), mensurável (xxx destas organizações), realizável (o número deve ser realista), relevante (investimento nestas organizações nacionais que têm o know-how, estão melhor posicionadas e conhecem as realidades no terreno) e limitado no tempo (até 2026).